

CAÇANDO UM LUGAR: A IDENTIDADE REGIONAL NO TRAJETO DA EXCLUSÃO

Maura Penna*

Se eu tivesse um lugar, eu não tinha lutado tanto na vida, não tinha caminhado tanto como eu caminhei durante 20 anos. Tem 21 anos que eu estou caminhando atrás do meu lugar de ficar e ainda não achei. (HM, p.46)¹

Ao analisar a trajetória de um migrante, trabalhador rural pobre de alguma região do Nordeste (ou do Norte de Minas Gerais, que integra o Polígono das Secas), em seus sucessivos deslocamentos em busca de uma vida melhor, pensa-se quase que imediatamente nos reflexos dessas andanças sobre a sua identidade social. E, especificamente, sobre a identidade regional, enquanto uma forma particular de identidade social, vinculada à origem territorial e portanto de base espacial. Pois **ser de um certo lugar** não expressa necessariamente vínculo de propriedade, mas sim uma rede de relações, através das quais o espaço se torna suporte de comunicação, de interrelação, de organização de sentido².

Muitas vezes, vincula-se o abandono da terra natal a uma "perda de identidade". Mas será correto?

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que não concebemos a identidade social como algo fixo e imutável, ou como decorrente de algum elemento constitutivo, de algum fator inerente que possa ser perdido. Afastamo-nos, portanto, de uma concepção essencialista da identidade: não há uma essência dada, uma vez que é a experiência social que engendra os esquemas de apreensão do mundo, através dos quais a materialidade é interpretada. A identidade social é uma representação,

relativa à posição no mundo social; enquanto uma construção simbólica, não é decorrência automática de alguma condição, mas envolve processos de percepção, pensamento e linguagem, cujas coordenadas são geradas social e culturalmente. Deste modo, há um estreito vínculo entre a construção das identidades e as condições de existência, a cultura e as relações sociais. Isto não exclui a possibilidade de elaboração pessoal da realidade, mas esta tem sua flexibilidade limitada, pois se dará pela manipulação dos referenciais disponíveis na sociedade determinada em que vive, em um dado momento histórico - disponíveis desigualmente, inclusive, conforme a posição que ocupa e as práticas sociais que desenvolve³.

Dentro desta abordagem, a idéia de "perda de identidade" pode ser reapropriada enquanto a quebra de parâmetros fixados de relação com o mundo, expressos nas formas de se reconhecer e ser reconhecido, firmados numa dada representação (de identidade) estabelecida e por vezes instituída. Assim como a migração implica na transformação das redes de relações que tornam o espaço significativo, mudanças radicais no modo de vida, ao nível do trabalho, da inserção comunitária - notadamente na passagem de um ambiente rural ao urbano -, no acesso a bens materiais e culturais, refletem-se sobre os processos relativos à identidade.

"Mas sempre tem estas exigências: a gente no interior era acostumado a ter liberdade; mesmo em propriedade dos outros, a gente fazia por conta da gente. Então, tem uma diferença muito grande do trabalho dentro das fábricas. (...)

No interior é bem diferente, mesmo a

pessoa que não tem nada a ver é considerada como parente. Mas aqui também a gente já pegou amor mesmo, tem pessoas muito amigas!" (HM, p.77-78)

"Às vezes sai a mãe e o pai para trabalhar e as crianças ficam largadas. O que as crianças vêem mal feito na rua elas aprendem. Lá na roça não, tem espaço e estão perto do pai. Se a mãe está colhendo feijão, o menino já apanha feijão. A criança vai criando aquela inclinação de aprender o que o pai e a mãe faz." (HM, p.43)

Em suma, a migração é um processo dinâmico de transformação (destruição/recriação) tanto do modo de vida e das relações com o espaço, quanto dos referenciais simbólicos que marcavam a sua experiência social.

II

Outras vezes, ainda, diz-se que ao sair de seu lugar de origem o migrante se desenraiza, remetendo assim a uma referencialidade de espaço perdida. Porém, será que não estamos de novo diante de uma imagem que, marcada pela idealização das "raízes", pouco ajuda a compreender o dinamismo dos processos que a migração acarreta? Pois será que é o ato de saída da terra natal que, em si mesmo, produz desenraizamento?

A princípio, a vivência no lugar de origem assenta-se sobre laços familiares e sobre uma vivência comunitária (típica do meio rural), o que permite a sustentação de práticas culturais compartilhadas e valoradas positivamente. (A princípio, pois como fica a concepção da "terra natal" dos filhos de migrantes que nasceram em um dos pousos do caminho? São muitos, nas histórias de vida analisadas, sem mai-

ores vínculos com o local, casual, de nascimento). Por outro lado, como os estudos sobre a migração apontam amplamente, a vivência no lugar de origem é também marcada pela pobreza, pela exclusão em relação ao sistema social, político e econômico vigente, pela impossibilidade de acesso à terra, pelo sofrimento gerado por problemas da natureza (como a seca), diante dos quais não se dispõe de recursos para enfrentar.

"Na fazenda Baixa Velha, nós era morador. (...) Naquele tempo a gente não tinha conhecimento de nada, tinha que trabalhar e se alimentar, mesmo com aquele pouquinho que ganhava.

Até os 17 anos levei esta vida; eu não tinha condições de comprar uma roupa. (...) feijão e farinha não era todos os dias que tinha. Teve muitos dias que eu fui trabalhar na roça da fazenda e não tinha o que levar." (HM, p.69)

"Era um lugar pobre para se manter a vida. O doente precisava levar 18 quilômetros na cacunda. A farmácia mais próxima ficava a mais ou menos 12 quilômetros. Ai foi enfraquecendo, enfraquecendo, e foi onde eu decidi sair procurando vida melhor." (HM, p.38)

Se a experiência da exclusão já estava presente, a nosso ver o desenraizamento já existia na terra natal, mesmo antes da partida. Por que, então, pensar a relação com o espaço em termos de um ideal de resgate de alguma relação primordial (as raízes), e não em termos de (re)construção, de descoberta? A coragem do migrante, em sua trajetória, parece indicar nesse sentido:

"Nessa luta de 21 anos caçando o meu lugar, eu ainda tenho esperança de Deus me mostrar onde é que está ele, pra quando eu morrer saber que deste lado eu deixei meus filhos num canto, onde eles têm a casinha deles pra morar. Tenho a esperança que ainda vou conseguir isto, vou caminhar mais para a frente." (HM, p.44)

... 'não fiquei arrependido de ter vindo e ninguém quer mais voltar para lá. Eu estou caminhando para os 72 anos: o que é que eu vou fazer mais?, o que tinha que fazer já fiz." (HM, p.57)

Mas as experiências de exclusão repetem-se, nas histórias de vida estudadas, ao longo das trajetórias que, rumo à metrópole paulistana, passam como trabalhadores rurais por outros espaços - interior de São Paulo ou do Paraná.

"Se no interior (de São Paulo) não tivessem inventado essa coisa de plantar soja e eles dessem o terreno para arrendar, eu tinha ficado lá, porque dava. (...) O pequeno não arrenda mais, só quem tem dinheiro mesmo, maquinário para trabalhar.

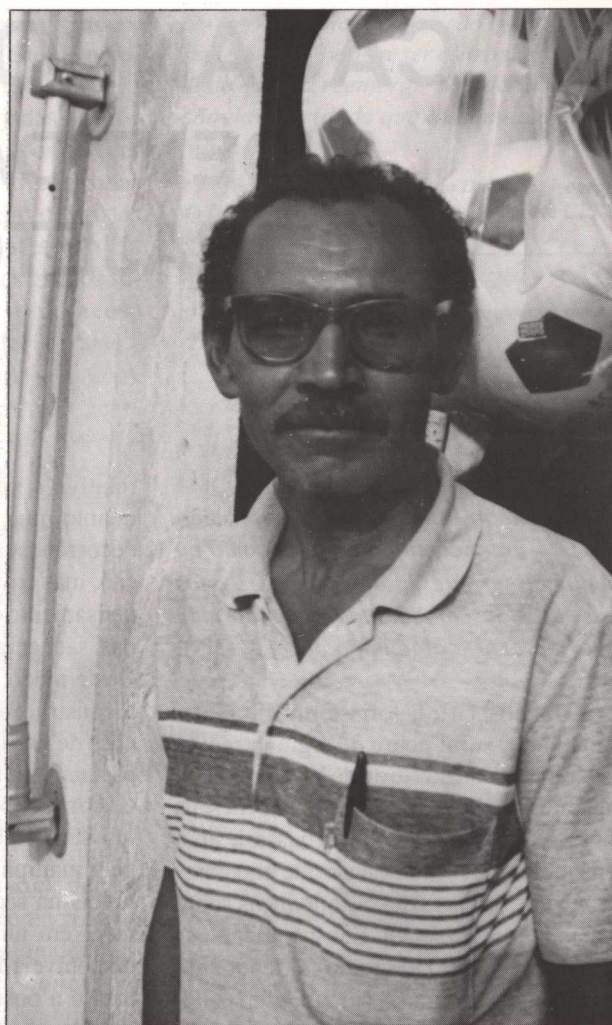
Eu vim embora para São Paulo (...) Os meninos sempre achavam ruim porque moravam na favela e diziam que precisava de casa, que aquilo não era lugar, ambiente que prestava, porque não podia ficar ali." (HM, p.57-58)

Mais ainda: a exclusão social é vivenciada como "cativeiro", o que se repete em vários depoimentos:

"O pobre vive no cativeiro, quando acaba um vai para o outro. A pessoa vive no cativeiro e nem percebe, não presta atenção. E a pessoa que ganha um ordenado que não dá para viver é o mesmo que um cativeiro." (HM, p.49)

"Olha o que digo: escravidão não acabou não!, porque escravidão maior do que isto não existe. Será que nós não merecemos um pedacinho de terra para criar a nossa família ali unida? (...) Nós trabalhadores vamos desejar o quê? Nós vamos comer concreto?" (HM, p.68)

Estas histórias de vida parecem revelar a impossibilidade de, nas inúmeras andanças, construir e manter uma rede estável de relações ancoradas espacialmente. Estes migrantes estão sempre a caçar o seu lugar - tanto físico quanto social. Será, então, que um referencial outro que o espaço de origem sustentará a construção de sua(s) identidade(s) social(ais)?



III

Uma vez que concebemos a possibilidade de múltiplas identidades, com base em diferentes referenciais - como a condição de gênero, a atividade profissional, a religião ou etnia, etc -, seria possível, a princípio, a construção de identidades sociais outras, capazes de direcionar tanto a forma de reconhecer-se e ser reconhecido quanto a organização de práticas sociais. Migrantes de outra origem social - que poderíamos chamar de migrantes por opção -, que têm acesso a bens materiais e culturais, à educação e profissionalização, encontram alternativas para estabelecer redes de relações no/com o novo espaço. Deste modo, para além do critério oficial da naturalidade, o espaço adotado pode, significativamente, vir a sustentar uma nova identidade de base territorial:

... 'hoje sou paulista, com título outorgado até de cidadão paulistano, que

nunca fui buscar por achar desnecessário.”

“Considero-me **mais paulista** do que outros com menos de 30 anos de idade.”⁽⁴⁾

Os migrantes cujas histórias de vida estamos analisando dificilmente encontram, na atividade profissional, por exemplo, uma base quer para sua inserção no novo espaço (físico e social) quer para a construção de uma identidade valorada socialmente de modo positivo. Numa trajetória de luta pela sobrevivência, do campo à cidade, da construção civil à fábrica, as mudanças são constantes, e por vezes os empregos duram apenas meses. O migrante dificilmente passa de peão.

“Estudo, nunca tive oportunidade. A minha caneta foi o cabo da enxada e o rodo pra rastelar café e o cabo do machado pra derrubar a mata. Hoje não tenho profissão; pra falar a verdade, eu tenho muita profissão e não tenho nenhuma”... (HM, p.67)

“Num ponto, foi bom vir para São Paulo. (...) A vantagem é que a gente acaba tendo conhecimento dos direitos que a gente tem. Foi bom neste sentido, mas o resto não teve vantagem, não senhor. Serviço foi sempre fraco, moradia nunca tive, peão em todo sentido.” (HM, p.38)

Por outro lado, a própria hierarquia das demarcações político-administrativas de base espacial (município/estado/região/país) permite “interpretar” um mesmo local de nascimento através de várias identidades. Haveria, então, a disponibilidade de uma identidade nacional, capaz de se sobrepor às diferenças regionais?

...“eu sou brasileiro, mas então eu tô aqui em São Paulo, mas não tô como paulista, eu tô como nordestino, então minha terra é o Nordeste”...⁵

Por um lado, por ser mais abrangente, a identidade nacional implica em um maior grau de abstração em relação às particularidades da experiência mais imediata do indivíduo. Por outro, as questões de identidade estão intimamente vinculadas ao reconhecimento social, por sua vez marcado pelas relações históricas entre as regiões brasileiras. Relações históricas que consolidaram a representação simbólica dos espaços regionais em oposição e do migrante como um “invasor” em São

Paulo⁶. A representação do nordestino como invasor demarca, através das identidades, os espaços de atuação. A naturalidade, enquanto **marca de origem**, torna-se condição de ilegitimidade para a efetiva atuação (e participação) no espaço paulistano. Propostas de limitar o acesso de migrantes aos serviços públicos da cidade são evidência suficiente.

IV

As relações entre o Nordeste, enquanto fornecedor de mão-de-obra, e a industrialização centralizada em São Paulo agregam, por todas as suas consequências, um componente de classe à identidade regional. Sendo assim, a identidade regional pode ultrapassar as próprias divisões regionais instituídas, ganhando maior abrangência:

“Aqui a maioria é bóia-fria, ninguém tem um pedacinho de terra para plantar. Nessas casas, por aqui, é tudo mineiro, de Malacaxeta, de Monte Azul, tudo nortista.” (Migrante natural de Malacaxeta/MG, HM, p.45)

“O trem dos baianos, como chamavam, vinha de Monte Azul, e passava no outro dia lá pelas 2 ou 2 e meia por Belo Horizonte para ir a São Paulo. (...) e o pessoal vinha trazendo aquele bucho (saco), aqueles que vinham pela primeira vez do Norte (já fale do Norte e Nordeste é a mesma porcaria).”

“Também fiz essa vida, sei o que é, trabalhei para usina no interior de São Paulo. É aquela vida que nem mendicância: trabalha um tempo, vai para o Norte, depois volta.”

“É uma vida sofrida a do peão de obra. Eles vêm tudo do Norte, fugindo da seca, do aperreio, e chega aqui. É a classe mais sofrida que tem, mais desvalorizada que existe.” (migrante natural de Chapada do Norte/MG, HM, P.18, 34-35)

A designação Norte e nortista⁷, capaz de ultrapassar as fronteiras do Nordeste oficial, remete aos primórdios dos conflitos regionais e dos discursos regionalistas - Províncias do Norte X Províncias do Sul. Através delas, designa-se não apenas uma terra de origem com características comuns, mas a condição social do migrante. Ser do Norte, ser nortista, é ser desenraizado na própria terra natal, é enfrentar uma

trajetória de exclusão.

Independentemente da forma de designação - “nordestino”, “nortista”, “baiano” -, a identidade regional é marcada socialmente pela oposição de classe: o critério classificatório de base regional encobre a linha de diferenciação de classes sociais. Este mecanismo reflete, em nível de reconhecimento, a divisão social e seus conflitos, constantemente mascarados. Deste modo, como mostra uma página da grande imprensa, o preconceito contra o nordestino revela-se um preconceito contra o pobre:

“Em Santa Catarina designa-se caboclo à mesma gente que os paulistas chamam de nordestinos e os cariocas, de favelado: o pobre. Primeiro não deveriam existir. Já que existem, devem ser estranhos, pertencem a outros mundos.” (Veja, 19/01/94, p.64)

E o preconceito reproduz a exclusão.

*Maura Penna é Profª do Dpto. de Artes da UFPB/Campus I. Mestre em Ciências Sociais pela UFPB. Doutoranda em Linguística pela UFPE. Autora de O Que Faz Ser Nordestino (Cortez) e Reavaliações e Buscas em Musicalização (Loyola).

NOTAS

1- A base para a nossa discussão é a análise de 5 histórias de vida de trabalhadores rurais de regiões do norte de MG, AL e BA que migraram para a cidade de São Paulo, recolhidas pela equipe do CEM no período de 1987 a 1989, e apresentadas em: Marilda Aparecida de Menezes (org.) - Histórias de Migrantes. São Paulo, Loyola, 1992, pp. 9-80. As citações desta fonte serão indicadas por (HM).

2- Ulipiano Bezerra de Menezes. “Identidade Cultural e Arqueologia”. In: Alfredo Bosi (org.), Cultura Brasileira: tema e situações. São Paulo, Ática, p. 188.

3- Nossa concepção de identidade social foi desenvolvida mais profundamente em trabalho anterior: O Que Faz Ser Nordestino: Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo, Cortez, 1992. Ver principalmente cap. II e IV.

4- Mauro Salles (publicitário, natural de Pernambuco) e Ricardo Ramos (publicitário e escritor, nascido em Alagoas). Depoimentos extraídos da reportagem de João Carlos Rodriguez, “Vencendo na Vida no Sul Maravilha” (Afinal, 3/5/88, pp. 42 e 38, respectivamente). Grifos nossos.

5- Depoimento de migrante paraibano. Extraído de: Cadernos de Migração, nº 2 - “Nordestinos”, p. 32 (publicação do CEM).

6- Não cabe, nos limites deste trabalho, aprofundar esta questão. Remetemos ao cap. I de nosso trabalho (citado na nota 3).

7- Apenas em uma das histórias de vida estudadas, o depoimento mais curto de um mineiro, não aparece esta referência à terra de origem como “Norte”. Ela repete-se na fala do migrante baiano - ...“contei a situação: que tinha chegado do Norte”... (HM, p.53) - e do alagoano - “Lá no Norte também não tivemos estudo”... (HM, p.70)